

2) Disserte sobre os movimentos sociais organizados por camponeses/trabalhadores rurais no Brasil durante a década de 1940 e 1980.

Entre as décadas de 1940 e 1980, no Brasil, os movimentos sociais organizados por camponeses/trabalhadores rurais, embora numa forma de maior organização, logo de maior conscientização do setor. Apesar de, nesse período focado, o país passar numa estrutura econômica capitalista dependente e, portanto, numa sociedade predominantemente industrial/urbana, nos anos rurais um campesinato era constantemente processo de luta social, se organizando em ligas camponesas e em sindicatos lutando por melhores condições de vida e de trabalho, exigindo uma legislação trabalhista própria e, sobretudo, lutando pela reforma agrária em todos os latifúndios.

É importante destacar que as lutas sociais no campo, no Brasil, são bem anteriores aos períodos aqui dimensionados. Elas datam do período Colonial e seguem pelo período imperial, cujas lutas sociais eram em prol da luta de pães e escravos negros e chegam à República. No Primeiro República as lutas sociais messiânicas (Guerra de Canudos e Contestado) denunciavam as péssimas condições de vida, de trabalho, assim como, os abusos de poder dos latifundiários, chefes políticos locais. Portanto essas lutas sociais rurais já vinham sendo empreendidas muito antes, porém, com a diferença que não possuíam nenhuma forma de organização mais avançada e nem nenhuma consciência de classe mais nítida.

Com a chegada de Vargas ao poder em 1930, pelo movimento social e político de Getúlio Vargas pelo tenentismo na década de 1920, o novo governo não demonstrou uma grande preocupação com as causas dos trabalhadores rurais. A preocupação foi para com as causas dos trabalhadores urbanos e para os projetos nacionais como o projeto de industrialização, por exemplo. Apesar da existência do Ministério da Agricultura (criado em 1905), a tática do governo Vargas era assegurar a "paz social", de interesse das elites políticas e econômicas, a partir de omissões à classe trabalhadora urbana, porém, concedendo aos trabalhadores rurais alguns benefícios.

No período entre 1940 e 1980 observa-se que essas lutas sociais rurais não são mais estampas daquelas que ocorreram nas áreas urbanas. A formação do BOC - Bloco Operário-Companhias - impulsionado pelos grupos de esquerda, tornava-se, naquele período, algo a ser alcançado plenamente por meio da via revolucionária possível visando a superação do capitalismo, via através da união entre operários e camponeses.

No início da década de 1960 o Igreja Católica, no caso, o baixo clero, ou rurais mais identificados com a esquerda marxista, começou a atuar no campo, junto aos camponeses organizados, através de pastores. Nesse sentido o Pastor de Terra é um destaque. O engajamento desses agentes do clero objetivava lutar contra a exploração, a expropriação de terras dos pequenos agricultores e pela reforma agrária.

A Guerrilha do Araguaia, na década de 1960,

serve como exemplo de como se encontravam as lutas sociais no campo: empunhadas via luta armada. Os grupos de esquerda mais radicais intencionaram levar a luta armada para o campo como meio de conseguir formar o bloco histórico operário-camponês que viria fazer, e realizar, a esperada revolução social em todo país.

Na década de 1970, mais ao final desta, encontramos as lutas sociais mais bem organizadas, possuindo um nível mais elevado de consciência de classe. O principal exemplo disso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou simplesmente o MST. Fundado entre 1979 e 1981 esse movimento dos trabalhadores sem terra vem criando uma forte identidade nos trabalhadores rurais, no caso, nos camponeses que não possuem a posse da terra, lutando fundamentalmente pela reforma agrária e pela garantia de posse da terra para aqueles que dela dependem para sobreviver. Seus meios de ação são, no momento, tentativas de ocupação de terras consideradas improdutivas ou de propriedade do Estado ou de particulares. O MST tem sido a principal expressão de luta dos trabalhadores rurais constituindo uma organização interna complexa, e, também, no braço armado dos que lutam pela posse da terra.



② Análise das relações no interior do Império Ultramarino Português entre os séculos XVI e XVIII.

Primeiramente o que compreendemos por Império Ultramarino Português são todos os territórios que concentram os domínios portugueses. Portanto é o reino (Portugal) e suas colônias na América, África e Ásia.

Quando pensamos nas relações no interior, isto é, dentro do Império Ultramarino português, estamos pensando nos diversos fóruns que o Estado absolutista português se serviu para manter o controle sobre o reino e sobre as colônias. A integridade territorial do império era no assunto seu norte.

Entre os séculos XVI e XVIII podemos afirmar que havia uma complexa estrutura político-administrativa montada para manter o império enquanto tal. Em relação ao reino (Portugal), havia essas administrações dirigidas pelo Estado absolutista com todas as suas exigências, objetivando a manutenção da sociedade do Antigo Regime com todas as suas tradições como, por exemplo, o catolicismo como religião oficial e sociedade de ordens e estamentos; as hierarquias políticas e sociais; a economia essencialmente agrária; as atividades comerciais sob o controle ou intervenção estatal, entre outras. No tocante às colônias, estas eram mantidas via uma rígida e burocrática estrutura administrativa que era, também, bastante complexa. Os diversos órgãos que estruturavam a administração colonial tinham por principal incumbência fiscalizar

e controlar a vida nas Colônias. O Conselho Ultramarino, por exemplo, órgão de grande influência no aparato administrativo tinha por finalidade básica controlar todas as atividades realizadas nas Colônias. Agentes administrativos eram enviados com frequência às Colônias com o intuito de serem os "olhos e ouvidos" do rei em terras coloniais.

A Igreja Católica teve um papel fundamental neste processo de colonizações, pois atuava como aliada à Coroa portuguesa. Muitas das motivações e objetivos em geral para o catolicismo usando a catequese e o batismo para tal fim.

Essas relações internas, sobretudo com as Colônias, até os primeiros parágrafos sempre foram permeadas pelo espírito violento do Estado metropolitano e pela exploração econômica que as Colônias potencialmente ofereciam.

Deste aspecto que chamamos atenção para essas relações, diz respeito às quantidades de impostos que a Coroa cobrava das suas colônias no Reino e nas Colônias. Foi isso a possível cobrança de impostos que nas Colônias, o movimento pela independência ocorreu.

Um outro aspecto que chamamos atenção: o caráter autoritário do Estado absolutista. Em relação às colônias esse caráter autoritário era o tempo todo. O Estado praticava um presságio a manufaturas nas Colônias porque a Colônia não poderia superar a metrópole.

Por fim, devemos perceber que estas relações tendem a se alterar a partir do século XVIII. Com as reformas pombalinas, que ocasionam vários impactos na sociedade real e nas sociedades coloniais. Este conjunto de reformas altera substancialmente a vida em sociedade, levando, inclusive, ao Estado a estabelecer relações certas com suas colônias de modo a preservá-las e não renunciá-las.

③ - Disserte sobre possibilidades de abordagem no educar básico do seguinte tema: Cultura e Movimentos Sociais no Brasil entre os anos 1945 e 1964.

Dentro de uma abordagem possível no educar básico sobre o tema em questão, primeiro seria necessário construir conceitualmente o que é cultura e o que é movimento social. Se já foi trabalhado esses conceitos, então aproveita-se o que se tem construído de termos se de empréstimo alguns conceitos para o caso de dificuldade maior de termos em construir conceitos. Para contemplar o tema a partir de conceitos, seria necessário traçar um contexto histórico do que foi o Brasil entre 1945 e 1964, considerando historicamente como o período populista ou do chamado "redemocratizações", é necessário construir um contexto histórico dimensionando o período populista e questionando por que "redemocratizações". Uma vez traçado o panorama do contexto histórico, chama-se atenção para os principais elementos culturais que se manifestaram nessa fase, notando o embate entre a cultura nacional e a cultura estrangeira, no caso, esta lusitana. As letras traçadas no âmbito cultural muitas vezes manifestaram-se no campo dos movimentos sociais. É o exemplo do movimento operário, que revelou uma cultura do trabalhador, de o cooperado

pelo petróleo - "O Petróleo é nosso" que se re-
velava em luta entre nacionalistas e
internacionalistas.

A partir do Compromisso de que a
Cultura mais profunda, iniciou-se um trabalho
de se perceber como os movimentos
culturais se relacionavam com os movimentos
sociais do período.

Para se compreender a luta social e
o cultura política do início de 1960 até o golpe
de 1964, busca-se fazer um levantamento
dos partidos políticos mais expressivos do época,
que eram os principais atores e lideranças
populares assim como, uma análise das
lutas políticas partidárias e de como impacta-
vam na sociedade civil, sobretudo a partir
do diálogo entre internacionalistas e
nacionalistas, da mesma modo, entre direitas
e esquerdas. No tocante às lutas sociais
no início do século de 1960 importa mais
destacar os movimentos esquerdistas, mais
baseados pelo esquerda, e os anti-esquerdistas,
recobertos no momento pela direita. A sucessão,
dele abandonados para demonstrar como as
lutas pelo poder passaram tanto pela cultura
quanto pelos movimentos sociais pelo as
expressões de dados culturais.